

CONFERÊNCIAS

DO HORIZONTES FUTURO

BRAVO NICO
"Aprender é viver!"



É Doutor em Ciências da Educação, pela Universidade de Évora (2001), Mestre em Ciências da Educação (Área de Análise e Organização do Ensino), pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (1995) e Licenciado em Ensino de Física e Química, pela Universidade de Évora (1989).

Exerce a sua actividade académica e científica, como Professor Auxiliar, na Escola de Ciências Sociais/Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, instituição em que ingressou em 1991. Nesta instituição de ensino superior é, ainda, Investigador no Centro de Investigação em Educação e Psicologia, unidade orgânica de que é Vice-Presidente da Mesa do Conselho Científico e onde coordena o Grupo de Investigação de Políticas Educativas, Territórios e Instituições.

É Deputado à Assembleia da República, eleito pelo Partido Socialista, no círculo eleitoral de Évora, desde Junho de 2014, integrando a Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus.

Tem publicados cerca de uma centena de trabalhos científicos, académicos e literários.

Quarta-feira, 27 maio 2015 | 21h00
Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé



WWW.CM-LOULE.PT

Ficha Técnica:

Autor: **Bravo Nico**

Título: "Aprender é viver"

Coleção: *Caderno Conferências Horizontes do Futuro*

N.º 8, Junho 2016

Editor: Câmara Municipal de Loulé

Impressão: Gráfica Comercial de Loulé

Depósito Legal: 411576/16

ISBN: 978-972-9064-71-5

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Bravo Nico

Escola de Ciências Sociais/Universidade de Évora

1. INTRODUÇÃO

É através da educação que nos transformamos, nos desenvolvemos e nos tornamos mais humanos.

A educação tem sido, desde sempre, um dos mais importantes instrumentos de que a humanidade se tem socorrido para assegurar a construção e a passagem do conhecimento humano, entre as gerações que se vão sucedendo. A escola tem sido, neste contexto, a instituição que tem sido convocada a concretizar aquela missão, o que tem feito, de forma diversa e heterogénea.

No entanto, como é do conhecimento comum, a aprendizagem não se circunscreve ao perímetro, físico, institucional e social da escola. Aprendemos em todos os espaços e tempos das nossas vidas, sendo que, na atualidade, as oportunidades de aprender encontram-se em cada circunstância do nosso quotidiano.

Neste mundo complexo, dinâmico, imprevisível e exigente, como devemos pensar, desenhar e concretizar a Educação das pessoas, nos territórios e nos momentos em que elas vivem? A resposta à questão anterior é, no presente, um poderoso desafio que se coloca aos sistemas de qualificação formais, uma vez que estes deverão conhecer, valorizar e integrar todas as aprendizagens concretizadas pelos indivíduos, ao longo das suas vidas, independentemente dos contextos e ambientes em que as mesmas ocorreram. Só assim, se promoverá e valorizará o paradigma da «aprendizagem ao longo da vida» e se fortalecerá o diálogo entre as educações formal, não formal e informal, no pressuposto de que tudo o que aprendemos tem um valor intrínseco e concorre para o nosso desenvolvimento humano e para a qualidade da nossa participação cultural, social e económica.

Neste contexto, conceptual – institucional e socialmente, alargado e inclusivo –, pensar e concretizar a educação, num território determinado, implica a existência e a prática de uma organização educacional igualmente alargada e inclusiva, em que possam coexistir e cooperar todos os contributos educacionais decorrentes da experiência vital completa de todos os indivíduos, em todos os contextos das suas vidas e das suas comunidades, em todas as instituições em que participam e com o contributo de todos os conhecimentos disponíveis e de todos os dispositivos didáticos existentes nos seus espaços e tempos de vida. Assim sendo, a vida é a grande escola de cada um(a) de nós.

2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento pressupõe, de acordo com a origem etimológica da própria palavra (Machado, 1977), a passagem de um determinado estágio vital para outro, através de um processo que pressupõe o envolvimento ativo daquele que o protagoniza. Assim sendo, o desenvolvimento humano decorrerá da concretização de uma mudança nas circunstâncias vitais de cada pessoa, num processo que decorrerá entre dois estádios vitais, no pressuposto de que um deles corresponderá à situação presente (o ponto de partida) e o outro a uma situação futura (o ponto de chegada). A «distância vital» entre esses dois estádios de desenvolvimento determinará um processo de mudança, em múltiplas dimensões vitais, no qual a educação assumirá um papel determinante.

O desenvolvimento humano é, pois, uma estruturante e decisiva dinâmica vital que ocorre nas dimensões individual e coletiva, uma vez que os indivíduos interagem em permanência com aqueles com quem coexistem, nas suas comunidades, famílias, instituições e contextos informais. Neste processo, complexo, sistémico e participado, o desenvolvimento é, também e principalmente, o resultado do conjunto de interações que se estabelecem entre indivíduos, em todas as redes vitais em que estes se encontram. É nesta complexidade humana que concordamos com Leuret (citado por Ander-Egg, 1980: 33), quando este afirma que o desenvolvimento se traduz da seguinte forma:

... série de passagens, para uma população determinada, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre todas as populações.

Em todo o pensamento anterior, parte-se do princípio, fundamental e

incontornável, de que os indivíduos atuam, de acordo com a sua vontade, tendo participado, ativa e autonomamente, na definição das «coordenadas vitais de partida e de chegada» e tendo decidido, livremente, empreender a «caminhada» que os levará de um estádio vital a outro. É dentro deste pressuposto que o desenvolvimento é sempre um processo de alargamento das escolhas das pessoas baseadas nas suas capacidades e na decisão que cada uma toma, relativamente ao que faz e pode fazer na sua vida. A educação é, neste contexto, o instrumento fundamental de criação e expansão de capacidades e conhecimentos e a infraestrutura básica para a gestão, autónoma, solidária e socialmente responsável, da aprendizagem.

Todos os contextos de desenvolvimento humano baseados em processos de educação com as características anteriormente indicadas pressupõem o exercício da liberdade, enquanto princípio estruturante de uma educação promotora da autonomia e da responsabilidade individual e coletiva. Na realidade, esta dimensão é uma realidade cada vez mais presente nas mais recentes abordagens teóricas nesta área, como se pode depreender do conteúdo do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, produzido e divulgado pela Organização das Nações Unidas, e no qual se relaciona o desenvolvimento humano com a existência de alternativas ou escolhas, o que nos remete, uma vez mais, para o exercício da autonomia, a prevalência da decisão individual e a existência de reais condições para esse exercício, através da construção e manutenção de conhecimentos e capacidades, por parte dos indivíduos, uma vez que:

As capacidades de um indivíduo - tudo o que uma pessoa pode fazer ou ser - determinam as suas escolhas. As pessoas são vulneráveis quando não dispõem de capacidades básicas suficientes, uma vez que isso limita consideravelmente a sua capacidade de agência humana e as impede de fazer o que valorizam ou de fazer face a ameaças. (PNUD, 2014:16)

É neste contexto que a promoção do exercício do direito (e do dever) à Educação é um dos principais pilares do combate às desigualdades e às injustiças sociais e é nesta linha argumentativa que encontramos algumas das justificações para abrirmos o perímetro do pensamento e da prática educacionais à inclusão ativa de todas as educações, isto é: de todos os contextos e âmbitos de aprendizagem; de todas as instituições promotoras de aprendizagem; de todos os conhecimentos, académicos, profissionais ou experienciais; de todos os dispositivos didáticos escolares ou não escolares; de todos os contributos relevantes para a educação e a instrução dos indivíduos.

Na realidade, não pode assumir-se a educação, enquanto instrumento

impulsionador de processos de desenvolvimento humano, excluindo, desse conceito e dessa prática, todas as dimensões não formais e não escolares. Se o fizéssemos, estaríamos a circunscrever as possibilidades de desenvolvimento humano (cultural, social e económico) apenas aos que acedem, frequentam e têm sucesso na educação formal e escolar e isso seria um dos mais evidentes exercícios de promoção da desigualdade e injustiça social.

A educação deve, pois, ser entendida, considerada e valorizada em todas as suas geografias individuais, institucionais, sociais e comunitárias, assumindo-se como um processo humano de promoção do desenvolvimento para que concorrem todas as experiências vitais dos indivíduos, independentemente da sua natureza, local de concretização, modalidade didática utilizada ou momento vital em que ocorra. Dentro deste entendimento, a vida é a primeira e última fronteira que se deve considerar, quando se aprende.

3. EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

Se a educação não se deve circunscrever à sua dimensão formal e escolar, então também deveremos assumir que a mesma «latitude» conceptual e empírica se deve verificar, no que se refere aos espaços, físicos e institucionais, em que aquela ocorre. Na realidade, a educação formal escolar é, em cada território, uma das muitas oportunidades existentes para que os indivíduos concretizem experiências de aprendizagem. A família, as instituições da sociedade civil, as empresas, as organizações políticas, religiosas ou de qualquer outra natureza, os órgãos de comunicação social, as redes digitais e muitas outras redes de diferente natureza e com diferentes «geometrias territoriais» de funcionamento são partes de uma rede educacional que assume, em cada espaço territorial e em cada momento, uma configuração muito peculiar. Esta rede educacional deve ser conhecida, compreendida, valorizada e considerada pelos responsáveis políticos e institucionais que têm a responsabilidade de pensar e gerir a educação e a formação em cada território, uma vez que ela determina a «equação educacional» de cada indivíduo, nesse contexto territorial.

Neste contexto, na definição das políticas de gestão dos espaços e infraestruturas urbanas, de desenvolvimento social e económico, de promoção cultural, desportiva e recreativa ou de qualquer investimento público a realizar, a dimensão educacional deve

estar presente, uma vez que todas as dimensões anteriormente referidas determinam a quantidade e qualidade das oportunidades de aprendizagem, em todos os contextos em que a mesma se pode concretizar: formal, não formal e informal. Por outras palavras, o pensamento educacional deve estar presente na arquitetura das principais políticas dos territórios, pois tal exercício poderá determinar a existência de uma rede organizada, articulada e qualificada de oportunidades de aprendizagem. Uma rede disponível para que cada indivíduo possa construir, de forma livre, autónoma e responsável, o seu percurso de formação, nele contemplando todas as alternativas existentes. Desta forma, no desenho das principais políticas, em cada território em concreto, podem incorporar-se dimensões de desenvolvimento humano promovido através da concretização real de uma educação ao longo da vida.

Quais são as dimensões a considerar nas principais políticas que determinam o desenvolvimento de cada território, no sentido de estas promoverem um desenvolvimento humano assente numa educação ao longo da vida?

- a) **Educação total:** a educação acontece em todos os espaços e em todos os tempos de vida, independentemente da forma como os acontecimentos que neles ocorrem tenham sido preparados. Na realidade, a aprendizagem, sendo um comportamento humano básico (que envolva processos mais ou menos complexos), ocorre sempre, independentemente do conteúdo educacional que tenha presidido à organização dos episódios vitais. Se assim é, então será possível incorporar alguma intencionalidade educativa a muitos dos acontecimentos vitais, nomeadamente aos que ocorrem em contextos institucionais com alguma estruturação e organização. Essa dimensão educacional poderá, em alguns momentos, ser o resultado de uma prévia cooperação com as próprias instituições escolares, no sentido de estas disponibilizarem os seus recursos técnicos, tecnológicos e humanos no sentido de estes contribuírem para a qualidade técnica dessas aprendizagens para que, posteriormente, estas possam ser consideradas, valorizadas e certificadas nos dispositivos para tal existentes nos contextos e instituições da educação formal.

- b) **Educação de todas as origens:** todos os conhecimentos humanos devem merecer igual consideração e valorização, independentemente da sua natureza e da forma como foram construídos e disponibilizados. Os conhecimentos

escolares, de base científica e matriz disciplinar possuem, naturalmente, uma posição de grande destaque, nos sistemas educacionais. No entanto, o universo dos saberes não se esgota nos que se ensinam e aprendem nas escolas. Pelo contrário, uma parte considerável desse universo encontra-se disponível nos espaços e tempos extraescolares, em contextos tão diversos como as famílias, as atividades profissionais, as instituições de natureza comunitária e muitos outros contextos sociais de natureza muito diversificada e presença muito heterogênea nos territórios. Aqui coexistem muitos e diferentes saberes, tantas vezes oriundos do passado, através de gerações pouco ou nada letradas e que transportaram, até ao presente, esse património único. A patrimonialização e conseqüente preservação, valorização e divulgação destes saberes é uma das missões principais das políticas educativas de base territorial;

- c) **Educação ao longo de toda a vida:** aprendemos em qualquer momento da nossa vida, independentemente de qualquer circunstância (idade, atividade profissional ou social, situação pessoal ou familiar, etc.). Nesse sentido, a educação deverá estar presente, com igual quantidade qualidade, em qualquer ciclo vital dos indivíduos, sem prejuízo da necessária adaptação da «geometria» das aprendizagens à «geometria» das circunstâncias de cada ciclo de vida de cada indivíduo. Esta realidade decorre, ainda, da necessidade de construir e concretizar oportunidades de aprendizagem que promovam transições eficazes e tranquilas, naqueles momentos vitais mais críticos para o desenvolvimento dos indivíduos e em que se revela mais determinante a presença de educação e formação focada nas necessidades e nas potencialidades de cada um(a);

- d) **Educação com todas(os):** a educação deve ser instrumento de diálogo e de cooperação entre indivíduos de diferentes gerações que, numa determinada época, coexistem em determinado território. Ao promover o diálogo entre pessoas de diferentes idades, a educação promove, em simultâneo, o diálogo entre saberes de diferentes naturezas e contribui para um saudável mutualismo entre a sapiência decorrente da experiência e a energia própria da juventude. Este diálogo – hoje desvalorizado e em processo de acentuada erosão social – é absolutamente fundamental para a criação e manutenção de laços pessoais e sociais entre todos os membros das comunidades e entre um passado mais

presente nos conhecimentos experienciais de base não escolar, cada vez mais vulneráveis e em risco de desaparecimento, e um futuro mais construído no conhecimento de base escolar, de matriz científica e com caráter cada vez mais hegemónico. Uma educação inclusiva é, antes de tudo, uma educação que não separa pessoas, com base nas suas idades, na matriz de base dos seus conhecimentos ou nos seus níveis económicos ou culturais.

4. CONCLUSÃO

Aprender é uma dimensão natural da vida. Aprendemos em cada circunstância da nossa existência, independentemente das causas e das consequências que determinam as aprendizagens que vamos concretizando. Podemos deixar que a educação ao longo da vida aconteça, de acordo com as dinâmicas vitais próprias de cada indivíduo e de cada uma das suas circunstâncias ou, ao contrário, podemos tentar pensar, organizar e dar um sentido educacional a algumas dessas circunstâncias vitais e, com isso, conferir maior qualidade às experiências vitais e proporcionar outras consequências para as aprendizagens daí decorrentes.

Os sistemas educativos, entendidos como o conjunto de políticas públicas e respetivos instrumentos de concretização, devem promover o desenvolvimento humano, cultural, social e económico, privilegiando a coesão social e territorial e promovendo a igualdade de oportunidades. Neste contexto, a educação é um bem demasiado importante para ir, simplesmente, acontecendo, ao longo da vida de cada um(a).

Referências Bibliográficas

Ander-Egg, E. (1980). Metodologia y Pratica del Desarrollo de la Comunidad. (10ª ed.). Tarragona: UNIEUROPE

Machado, J. (1977). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Edições Horizonte

PNUD (2014). Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. New York: PNUD